

OS ESTUDOS DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DO/A LEITOR/A

Prof. Dr. Carlos Magno Gomes¹ (UFS).

Resumo:

Este trabalho traz uma proposta cultural de leitura tomando como princípio os estudos de gênero aplicados aos textos de autoria feminina no Brasil. Com base na perspectiva interdisciplinar dos estudos literários, pretendemos desenvolver roteiros de leituras que explorem a forma como as identidades femininas são construídas na ficção do século XX. Teoricamente, propomos o conceito de leitor(a) cultural como uma metodologia interdisciplinar da análise do texto literário na qual as opções ideológicas de gênero serão interpretadas como parte das peculiaridades artísticas do texto literário. Além de estudarmos questões teóricas sobre leitor(a), leitura e recepção, agregamos aos estudos literários reflexões sobre representações de identidade/diferença/alteridade da escritora brasileira. Como parte do campo teórico, exploramos alguns conceitos literários: “leitor(a) modelo”, de Umberto Eco, intertextualidade, de Hutcheon, e “hibridismo”, de Homi Bhabha e de Silviano Santiago para o desenvolvimento de um modelo cultural de leitura. Com isso, articulamos as contribuições da teoria literária para o ensino de literatura.

Palavras-chave: leitura literária, formação do leitor/a, autoria feminina.

1 Introdução

Este artigo traz algumas reflexões sobre o modelo cultural de leitura literária. Essa proposta ressalta uma abordagem interdisciplinar dos estudos literários pelas contribuições dos Estudos de Gênero. A formação do/a leitor/a, nesse caso, passa por uma aprendizagem teórica que dá sustentação ao modelo de leitura que articula a parte estética do texto a suas aspirações ideológicas feministas. Para isso, enfatizamos a abordagem estético-cultural, na qual o campo ideológico deve estar em tensão com o estético. Deste modo, serão propostos conceitos teóricos que ressaltam os direitos da mulher por meio de visibilidade das questões de gênero. Como "corpus", apresentam-se alguns roteiros de leitura da narrativa de autoria feminina brasileira.

Nesse desafio, reconhecemos a heterogeneidade dessa abordagem por privilegiar o debate em torno dos deslocamentos espaciais da identidade feminina nas representações ficcionais. Tal prática de leitura valoriza a abordagem interdisciplinar ao explorar diferentes fronteiras ideológica de gênero. Por isso, apresentamos um modelo de leitura voltado para a identificação das questões sobre o silenciamento da mulher na sociedade patriarcal por meio da formação crítica do/a leitor/a. Com isso, valorizam-se os direitos humanos para identificar os traços de opressão e de preconceito sofridos pela mulher no século XX.

Tal perspectiva posiciona-se contrária à “unilinearidade” dos modelos tradicionais de leitura e da noção transparente de comunicação, pois o “sentido sempre possui várias camadas, de que ele é sempre multirreferencial” (HALL, 2003, p. 354). Preocupado com o fortalecimento do conteúdo ideológico que a escrita literária carrega, pensamos em um modelo de leitura que coloque em tensão essa especificidade artística quando incluimos as lutas políticas da mulher como parte da interpretação textual. Nessa direção, as preocupações históricas e os avanços dos direitos da mulher no Brasil não podem ficar nesse modelo.

Tal modelo cultural de leitura parte de uma abordagem crítica que vincule o texto ao contexto social do autor e da recepção atual. Essa concepção que articula o texto literário ao seu processo de produção social é indispensável ao “bem-estar do estudo literário” (COMPAGNON, 2009, p. 18). Nessa perspectiva, a decodificação das tensões que circulam a identidade de gênero no texto de autoria feminina será usada como parâmetro para a construção do modelo cultural de leitura.

Além disso, esse modelo está atento ao processo de retomada de imagens, temas, formas próprias da intertextualidade nas narrativas da segunda metade do século XX, momento em que a

mulher se profissionaliza. Essa contraposição de discursos estéticos e ideológicos proporciona melhor investigação das “espessuras dos signos” literários (ECO, 2003, p. 205) e seus diálogos com as questões de gêneros.

Com isso, pretendemos ir além do texto artístico, uma vez que esses signos nos remetem a uma cadeia de significados culturais mais próximos de uma leitura atual, ou seja, explorar o sentido social da literatura passa pela valorização do lugar de produção dos sentidos da escritora brasileira, que traz para a literatura os problemas vividos pelas mulheres na luta por seus direitos e pelo reconhecimento das subjetividades por trás de suas identidades.

Nessa direção, os estudos literários contemporâneos levam em conta que “o estudo literário deve e pode consertar a fratura da forma e do sentido, a inimizade factícia da poética e das humanidades” (COMPAGNON, 2009, p. 18). Partindo dessa prática, na qual forma e conteúdo são articulados, dividimos este artigo em dois momentos: no primeiro, vamos alinhar alguns tópicos teóricos que questionam a naturalidade da construção da identidade de gênero. Em seguida, comentamos como a escritora brasileira representa esse questionamento tanto no plano estético quanto cultura por meio da ‘decodificação’ (HALL, 2003) das representações de gênero.

Por meio dessa perspectiva cultural, esse modelo destaca as especificidades do texto literário pela categoria do “leitor estético”, aquele que vai além do que “foi narrado no texto” para valorizar “como foi narrado o texto” (ECO, 2003, p. 208). Nas pegadas desse conceito, defende-se que o leitor estético analise como os problemas sociais foram representados artisticamente. Nesta proposta, a leitura interdisciplinar é o exercício em que o/a leitor/a inclui questões de pertencimento identitário no roteiro de sua interpretação para identificar a camada ideológica explorada pelo autor. Portanto, em diálogo com a proposta de Eco, privilegia-se o ato de ler como um exercício de comparações artísticas e culturais.

Ao propormos um modelo cultural de leitura, estamos valorizando a articulação entre teoria literária e crítica cultural desde o processo histórico de produção de sentidos, pois a teoria e a história são exploradas como a maneira e a crítica é vista como a razão da crítica literária (COMPAGNON, 2009, p. 19). Seguindo essa estratégia, este modelo busca a formação do/a leitor/a politizado/a para quem o texto literário é uma manifestação cultural e como tal traduz as problemáticas sociais.

Nessa direção, o modelo cultural de leitura valoriza a hibridez do texto literário, isto é, sua capacidade de articular o cultural por meio de inovações estéticas. A partir de personagens femininas, que se deslocam para fora da casa, a escritora brasileira explora a literatura como um texto de questionamento das fronteiras patriarcais.

Portanto, esse compromisso, de fazer arte ao mesmo tempo em que denuncia a opressão de gênero, pode ser visto como próprio de uma literatura híbrida, em que o político e o estético estão articulados como interfaces dos direitos humanos. Dessa forma, esse modelo literário pode ser visto como próprio de uma “literatura anfíbia”, aquela que não abre mão do engajamento com as causas sociais ao mesmo tempo em que incorpora novos elementos estéticos ao texto literário (cf. SANTIAGO, 2004, p. 68).

Daí, ressaltamos o modelo cultural de leitura como uma prática híbrida de interpretação de textos, pois o artístico e o político não podem ser separados nesse caso. Tal postura reconhece que há deslocamentos das “novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas, que são inadequadamente compreendidas através do saber recebido” (BHABHA, 1996, p. 37). Então, nas pegadas da interdisciplinaridade, este modelo de leitura está menos preocupado com a construção estética do texto do que com as representações sociais de gênero.

Tal intersecção interpretativa é uma opção alternativa para os estudos literários contemporâneos, visto que a leitura literária requer uma tradução cultural. Dessa forma, o diálogo e a oposição entre textos literários e culturais devem ser levados em conta na instauração de sentidos que a leitura produz, pois “nenhuma cultura é completa em si mesma, nenhuma cultura se encontra a rigor em plenitude” (BHABHA, 1996, p. 36). Por tal perspectiva, o modelo cultural de leitura

articula os princípios do pertencimento de gênero como um roteiro de interpretação literária, que passa pelo reconhecimento da alteridade da diversidade nas representações ficcionais e culturais.

Nessa direção, valorizamos também uma formação estética desse/a leitor/a para articular o dentro e o fora do texto em oposição às interpretações fixas que tendem a repetir os mesmos raciocínios sobre a submissão feminina. Nessa direção, aproximamos o/a leitor/a da produção cultural da escritora brasileira por um olhar atual e politizado por meio de um modelo de leitura engendrado, isto é, marcado pelo pertencimento de gênero.

2 O lugar dos estudos de gênero

No processo de interpretação do texto literário, o conceito de identidade de gênero é importante, pois tem fronteiras tênues e diversificadas sobre as diferenças entre homens e mulheres. Neste contexto, destacamos o fato de a flexibilidade da identidade de gênero ter sido fortalecida pela crítica ao patriarcalismo como um processo sempre em movimento, que não apresenta fixidez, pois se trata de uma prática social plural. Daí a importância de uma leitura a partir de uma posição deslocada, de um lugar de suturação, de rasuras, de um sujeito de fronteiras, para quem a leitura é capaz de atualizar conceitos identitários nos quais a mulher é vista como “algo sempre incompleto e em transformação” (FUNK, 2011, p. 71).

Com esse reconhecimento, os estudos de gênero sugerem uma prática subjetiva de leitura cuja força está na interpretação dos deslocamentos das identidades femininas diante das normas culturais, com seus “processos de normatização” (RICHARD, 2002, p. 136). Pela performance da identidade de gênero na ficção, podemos explicitar como o processo de opressão feminina foi ficando para trás para a mulher moderna. Isso aconteceu porque a identidade de gênero é consequência de um longo processo de identificação e de escolha que envolve rejeição e aceitação. Além disso, o sujeito não é consequência direta das regras pelas quais é gerado, pois é antes algo regulado pela repetição que nem sempre é explícita, mas é identificada por meio da “produção de efeitos substancializantes” (BUTLER, 2003, p. 209).

No texto ficcional, o processo de leitura deve evitar o ângulo unidirecional, pois o espaço estético antes de tudo “recria e transforma, produzindo cortes e intervalos entre corpo, trajeto biográfico-social, posições de gênero, traços subjetivos e figurações textuais” (RICHARD, 2002, p. 161). Assim, o/a leitor/a precisa estar atento às diversas vozes do texto para ir além dos limites dicotômicos do que é ser mulher, pois “o gênero pode ser entendido somente através de um exame detalhado dos significados de ‘masculino’ e ‘feminino’ e das consequências de ser atribuído a um ou outro gênero dentro de práticas concretas” (FLAX, 1992, p. 230).

Por se tratar de um modelo de leitura, as opções estéticas podem ser vistas como um lugar de resistência e de críticas ao sistema opressor. Nesse sentido, parte-se da premissa de que as relações de gênero são construções culturais e que “devemos ser capazes de investigar barreiras tanto sociais quanto filosóficas para a compreensão das relações de gênero” (FLAX, 1992, p. 236). Por isso, tanto o estético quanto o social devem ser colocados em tensão quando realizamos uma leitura interdisciplinar para valorizar questões de gênero.

Nesse rumo, as novas abordagens culturais serão usadas para valorizar as especificidades ideológicas de gênero subjacentes ao texto, porque no modelo cultural de leitura, o/a leitor/a deve levar em conta o questionamento da normatização de gênero que vai além de se ser homem ou mulher. Tais formas de interpretação reconhecem que o conteúdo ideológico é parte da leitura, pois a forma como as identidades são representadas são atravessadas pela relação de poder.

Na literatura brasileira, há uma tradição de a autoria feminina não privilegiar o prisma do sujeito universal, pelo contrário, defende o lugar de fala da mulher pelas subjetividades e particulares desse tipo de performance social. Nesse caso, a ficção ressalta a premissa de que a mulher está em transformação em busca de se entender. Isso é possível detectar pelo fato de a

personagem feminina estar sempre se deslocando para fora da casa ao questionar as fronteiras impostas a ela pela família. Com tais estratégias, destacamos o quanto a ambiguidade da linguagem literária precisa ser explorada por meio de um trabalho em que a experiência da mulher seja avaliada pela interação entre a subjetividade e a prática social (SCHMIDT, 1999, p. 30). Daí a importância de associarmos os movimentos da identidade de gênero como uma opção estética de resistência.

Em estudo sobre a representação da mulher na ficção brasileira, Elódia Xavier destaca a presença da violência simbólica e a falência da família patriarcal como particularidades das narrativas brasileiras de autoria feminina. Nessa literatura, ela identifica diversas formas de representação do corpo feminino questionando a opressão masculina e pregando o direito de liberdade da mulher.

Além do espaço da casa, Xavier identifica diferentes corpos femininos explorados na ficção como forma de questionamento da opressão da mulher: “disciplinado”, que ressalta a norma; “degenerado”, que avulsa as regras de violência contra a mulher; “liberado”, que expressa a liberdade da mulher como mentora de sua vida social e psíquica (2007, p. 22). Com tal análise, a pesquisadora ressalta o quanto a escritora brasileira apresenta uma ficção preocupada com a crítica ao patriarcado e com a busca da independência da mulher.

Partindo de um estudo histórico, Constância Lima Duarte destaca que a luta da mulher contra a violência física e simbólica sempre esteve na pauta da luta feminista brasileira. Essa pesquisadora destaca quatro momentos históricos da relação da mulher e um projeto intelectual feminista no nosso país. No primeiro, Duarte destaca a produção pioneira de Nísia Floresta sobre os direitos das mulheres. No segundo, desde 1870, há grande número de jornais e revistas voltados para o público feminino. O terceiro começa com a mobilização da mulher pelo voto no início do século XX e atravessa todo modernismo. O quarto é a mais radical, pois altera os costumes familiares com o controle da maternidade a partir da década de setenta (DUARTE, 2007, p. 131).

No contexto da Ditadura Militar, o feminismo ganhou uma face mais politizada e passou a integrar os discursos de artistas em tempo de controle e de censura imposta pela Censura. Além das questões sociais, a feminista dos anos 70 posicionou-se contra todos os tipos de controle impostos pelo Estado, Família e Igreja (DUARTE, 2007, p. 132).

Diante de tantas particularidades da identidade gênero na ficção brasileira, propomos um modelo de leitura engendrado por meio de um olhar político que se opõe a dogmatizar o feminino, pois valoriza os resíduos e as rupturas de formar suplementar do texto feminino (RICHARD, 2002, p. 167). A seguir, comentaremos as peculiaridades das representações de gênero na literatura brasileira, dando destaque para dois momentos: no primeiro, temos o deslocamento da mulher para fora do espaço da casa, sintetizado por *Laços de família* (1960), de Clarice Lispector; no segundo, há a crise da mulher diante do casamento e da vida profissional, retomada de forma híbrida em *As doze cores do vermelho* (1988), de Helena Partente Cunha.

3 O modelo engendrado de leitura

Na literatura brasileira do século XX, os conflitos de gênero apontam para uma sociedade em transformação, questionando a identidade tradicional e sugerindo que o pertencimento identitário não é completo, pois parece que sempre fica faltando algo para ela. As protagonistas da maioria das obras de autoria feminina estão em busca do melhor para si, que ora encontram na família, ora encontram no trabalho. Com essas diferentes opções de gênero, o texto literário incorpora opções estéticas que problematizam de forma híbrida tais questões sociológicas.

A densidade psicológica dos problemas vividos pelas personagens femininas. Com isso, podemos dizer que a autora brasileira explora a hibridez do texto literário ao incorporar princípios estéticos sofisticados, apontando para os problemas sociais de sua época (SANTIAGO, 2004, p.

66). Na autoria feminina, essa híbridez pode ser associada à densidade das personagens femininas, que criticam a opressão patriarcal. Nessa ficção, a personagem feminina busca outro lugar como saída do espaço claustrofóbico da casa.

Na história da literatura brasileira, temos uma sequência de obras que nos ajudam a interpretar como a opressão e a violência contra a mulher se manifestam no cotidiano da família patriarcal: com violência física e moral. Rita Teresinha Schmidt prega uma leitura politizada do texto da mulher ao defender a importância dos elementos extralinguísticos para ampliar o debate acerca da literatura “sem cair na armadilha de um conceito a-histórico, reificado e unitário de experiência e sem incorrer no esvaziamento textual” (1999, p. 30).

Nos textos ficcionais, a opressão feminina foi denunciada pelas escritoras de forma mais incisiva no decorrer do século XX. Em *O quinze* (1930), Rachel de Queiroz narra a história de Conceição, que busca se libertar da opressão do casamento, ao rejeitar o destino de mulher. Clarice Lispector irrompe com os romances tradicionais ao lançar *Perto do coração selvagem* (1944), obra que descreve uma protagonista que não aceita as normas de gênero. Alina Paim, escritora sergipana, retoma o tema da violência contra a mulher em *À sombra do patriarca* (1950), obra que descreve diversas cenas de opressão e maus tratos sofridos pelas personagens femininas. Por sua vez, Lygia Fagundes Telles lança *Ciranda de Pedra* (1955), obra que retrata um patriarca fracassado, com uma família se diluindo em meio a moral burguesa corrompida.

Nesses romances, a mulher se desloca em busca de um espaço social. As quatro protagonistas jovens, Conceição, Joana, Raquel e Virgínia, respectivamente, deslocam-se pelo espaço social incorformadas com o único destino que a sociedade patriarcal lhe impunha o “destino de mulher”, isso é o casamento como projeto de vida. Essa problemática está filosoficamente representada na coletânea de contos de *Laços de família*, de Clarice Lispector. Nessa obra, as protagonistas são quase todas mulheres casadas em crise consigo e com afazeres domésticos. Diante desse desconforto, ela tenta abandonar a casa para vivenciar sua liberdade, no entanto, ainda não encontra saída.

Com tais especificidades, uma leitura engendradora deve privilegiar as particularidades dessa representação. No processo de leitura, podemos identificar o quanto o pertencimento identitário da protagonista está em jogo. Afinal de contas, a mulher questiona o espaço interno e externo de sua existência. Pela forma como Lispector opta por fazer esse questionamento, identificamos uma preocupação em construir o espaço feminino como um local de resistência, pois destaca a possibilidade da mulher se realizar em outros lugares fora da casa. Tal processo de deslocamento entre espaços reais e subjetivos faz parte da construção da identidade de gênero que não tem um lugar de chegada nem roteiro pré-fixado, pois o trajeto é particular.

Nessa ficção, o que interessa é que a mulher se mostra modificada e já não pode ser mais apenas a dona de casa. Ela precisa de liberdade. Além do sofisticado jogo estético proposto pelo narrador onisciente, que explora as sensações e prazeres fora do espaço da família. Nesse caso, as questões de gênero são valorizadas pelas diferentes possibilidades dos deslocamentos sociais e psicológicos dessa mulher em crise consigo e com o espaço doméstico. Isso acontece nos contos “Amor” e “Os laços de família”, quando a protagonista não se reconhece mais a mesma depois de se deslocar do espaço da casa. Tal forma de refúgio psicológico demonstra que tais protagonistas trazem a marca da ruptura da identidade de gênero tradicional.

Esse repúdio do espaço sufocante da família pode ser visto como uma resistência feminina e deve ser valorizado por um modelo de leitura engendradora, preocupado em mostrar as diferentes lutas da mulher contra a opressão masculina. Isso acontece em *Laços de família*, com o uso dos deslocamentos íntimos, de mulheres que questionam seu destino e se mostram insatisfeitas aos prazeres domésticos. Com esses movimentos, identificamos uma representação da identidade feminina feita por meio de um olhar artístico que expõe os resíduos e as rupturas com a tradição herdada de forma suplementar (RICHARD, 2002, p. 167).

Ao denunciar uma identidade feminina, em construção, para além daquela família, esses

contos já antecipam a premissa sociológica de que a identidade de gênero tem uma “condição provisória”, pois é parte das normas culturais (BUTLER, 2003). Nesse caso, o movimento psicológico da mulher, rompendo com a tradição e valorizando a busca de si, torna-se a marca de uma leitura engendradora, dando destaque para a forma como esse conto questiona o lugar da mulher na modernidade. A busca de novos pertencimentos identitários ressalta a insatisfação feminina e desperta-lhe o incômodo de se sentir deslocada na paz da família burguesa.

Nas décadas de 70/80, temos a segunda crise da mulher diante dos avanços da modernidade: a dupla jornada de trabalho. Se a vida no lar a sufoca, a vida profissional é estressante. Nesses dois espaços, ela passa a se sentir fragmentada e busca novas alternativas para si. Tal perspectiva vai estar presente na ficção de algumas escritoras contemporâneas, que problematizam a identidade de gênero como um marco da modernidade.

Tais preocupações com a formação intelectual e profissional da mulher fazem parte dos debates políticos do romance *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles. As três protagonistas, Lorena, Ana Clara e Lia, estão mergulhadas em dilemas pessoais, como namoro, vida sexual e uso de drogas, sem deixar de debater os conflitos impostos pela Ditadura Militar. A leitura engendradora dessa obra aponta para a fragmentação da identidade da mulher e para as diferenças e subjetividades que contornam uma identidade feminina. Sem um rumo certo, a mulher se desloca entre velhas e novas identidades de gênero em busca de um lugar para si.

Em *As parceiras* (1980), Lya Luft volta ao debate do lugar da mulher na nova sociedade urbanizada. Em crise com o casamento, a protagonista passa a fazer um balanço de sua vida pessoal. Sem poder ter filho, com um casamento fragmentado, a protagonista resolve se refugiar para avaliar suas escolhas e opções na vida matrimonial. Nessas reflexões, a mulher se encontra fragmentada e sem uma saída satisfatória para seus problemas. Com tais peculiaridades, uma leitura engendradora pode destacar o quanto as normas e regras impostas pelo espaço da casa, mas uma vez aprisiona a mulher em velhos papéis femininos como a esposa submissa, a mãe bondosa, entre outros lugares idealizados pela tradição da família burguesa.

Por meio de uma leitura engendradora, percebemos que as protagonistas de Telles e Luft questionam as regras de dominação e submissão da mulher ressaltadas pelas instituições sociais Família, Igreja, Escola e Estado, pois sugerem que essa submissão é uma construção cultural imposta. Essa crítica pode ser identificada na forma como as escritoras exploram o corpo da mulher vinculada à dominação masculina. Tal forma de rebaixar o corpo da mulher é às sociedades patriarcais e desvalorizam o corpo da mulher independente “com o desprezo pelo corpo cresceu também o desprezo pela mulher” (XAVIER, 2007, p. 132).

Tais dilemas vividos pela mulher pós-moderna serão debatidos de forma intensa e detalhada em *As doze cores do vermelho* (1988), de Helena Parente Cunha. Também como *Laços de família*, de Clarice Lispector, que questionou a felicidade da mulher na família burguesa, essa obra expressa o conflito vivido pelas mulheres com dupla jornada de trabalho. A protagonista desse romance pós-moderno vive o dilema: dedicar-se à vida profissional, ou ao casamento. Se na ficção de Lispector, o deslocamento do espaço da casa é decisivo para a mulher burguesa, na ficção de Cunha, a vida profissional é mais importante que os afazeres da casa.

A perspectiva híbrida de uma leitura engendradora deve ser ressaltada nesse caso, pois, esteticamente, *As doze cores do vermelho* apresenta uma intertextualidade com os tradicionais romances de formação por trazer uma protagonista transgressora desde a infância. Nessa obra, temos um sofisticado jogo lúdico em que o olhar infantil acompanha os passos da mulher até sua opção final, prevalecendo a perspectiva individual e subjetiva da mulher na hora de tomar sua decisão de deixar o espaço da casa e partir em busca de uma alternativa toda sua.

Essa obra também retoma os problemas de gênero já apresentados pelas escritoras anteriores de forma paródica e criativa. Por ser uma metanarrativa, essa narrativa é dual e imita mais a arte que a vida, uma vez que se trata de uma paródia que autocritica a sua própria natureza (HUTCHEON, 1989, p. 40). Diferente das narrativas tradicionais em capítulos, *As doze cores do vermelho*

apresenta a trajetória de sua protagonista em três módulos. No primeiro, o espaço da infância é apresentado como sufocante. No segundo, sua juventude é construída como indecisa. No terceiro, a mulher vive a plenitude de seu futuro em busca da liberdade. Logo no início, identificamos a irreverência dessa obra pelo uso da linguagem infantilizada.

Com essa divisão entre o espaço feminino e o masculino, fica claro que o romance debate o deslocamento de gênero como uma barreira para a mulher, pois traz o questionamento de até que ponto vale a pena romper com a tradição. Com diversas interrogações, a narrativa retoma de forma satirizada o questionamento do destino de mulher. Ao brincar com os intertextos culturais, ela também assinala seu espaço de crítica e resistência à opressão patriarcal.

Identificamos também uma performance feminina deslocada conforme a perspectiva de sua proposta estética inovadora. De forma geral, a narrativa vai questionando os limites espaciais do tradicional, do censurado e do naturalizado. Em busca de um outro lugar, a mulher luta para superar a naturalização dos papéis femininos. Na sua trajetória identitária, a protagonista cresce, estudando e se preparando para o casamento. Casa-se e deixa de estudar para criar as filhas. Com uma crise pessoal, ela revolve voltar para a faculdade e se torna uma pintora de sucesso.

Por meio de um texto fragmentado e de uma experiência estética poética e subjetiva, a autora explora parodicamente os princípios patriarcais. Tal forma paródica de questionar a tradição “atua como um expediente de elevação da consciência, impedindo a aceitação dos pontos de vista estreitos, doutrinários, dogmáticos de qualquer grupo ideológico” (HUTCHEON, 1989, p. 131). Com essa perspectiva, o modelo paródico acentua a irreverência dessa obra, pois preserva um jogo entre a construção da identidade da protagonista e a fragmentação de suas verdades. Essa protagonista sente falta de algo ao se descrever como uma mulher incompleta, seja no casamento, seja na carreira de pintora.

Por esse viés interpretativo, o processo de constante deslocamento dessa artista é fundamental para se entender o projeto feminista que entrecruza o projeto artístico do romance. Tal projeto só pode ser identificado por meio de uma leitura engendradora que valorize o tom irônico e provocativo do questionamento das amarras das identidades tradicionais, pois pede a exploração da plurivocalidade e dos aspectos polifônicos na estrutura e no estilo da narrativa (cf. HUTCHEON, 1989, p. 93). No plano artístico, *As dozes cores do vermelho* consolida-se como uma paródia pós-moderna que usa da intertextualidade para revisitar o tema da opressão da mulher de forma fragmentada e contemporânea.

Conclusão

Como visto, a ficção de autoria feminina brasileira traz uma importante crítica ao patriarcado. Tal percepção fica mais visível quando exploramos uma leitura engendradora que identifica os deslocamentos da personagem feminina. Como modelos, comentamos dois exemplos clássicos de tais representações, a ficção de Lispector e Cunha, que trazem um modelo estético politizado com a negação do espaço tradicional da mulher. Ao usar o deslocamento social e psicológico da protagonista feminina, temos uma narrativa que questiona o fascismo da dupla jornada da mulher, que fragmenta a vida profissional da mulher.

Nas narrativas destacadas, observamos que o aprisionamento vivenciado pela mulher nas relações afetivas pode ser visto como diferentes formas de assédio moral em que a integridade psicológica da mulher está em crise. Com isso, a autoria feminina debate o lugar da mulher na sociedade industrializada. Nesse contexto, o pertencimento feminino oscila entre realizar-se na maternidade, ou no sucesso da vida profissional. Com esses temas, a literatura de autoria feminina pode ser usada como textos motivadores para o debate sobre as diferentes formas de opressão feminina e as saídas para tais situações de desconforto da mulher.

Nessa direção, os estudos de gênero têm um leque de abordagens muito amplo, pois precisam partir de relações tradicionais entre homens e mulheres para incorporar as tênues fronteiras sexuais dos novos sujeitos da pós-modernidade. Nesse contexto, esses estudos

reconhecem o quanto a identidade é ambivalente e paradoxal, pois “mesmo que uma identidade sexual – como ser mulher, ser homem, ser lésbica, ser gay – tenha servido de base para importantes comprometimentos políticos, tais identificações são precárias e contingentes em termos culturais e históricos (FUNK, 2011, p. 67).

Então, ao desenvolver um modelo de leitura engendrado, observamos as possibilidades de questionamento sobre as formas de opressão contra as mulheres e as novas possibilidades das identidades de gênero. Para este modelo de leitura, prioriza-se a questão de “como” os elementos culturais estão representados, uma vez que o texto literário traz uma forma de representação, e como tal trata de produção dos ícones e símbolos, dos mitos e metáforas culturais (BHABHA, 1996, p. 36). Tais heranças são fundamentais para explorarmos uma perspectiva comparativa entre o texto lido e o passado cultural incorporado tanto nos aspectos estéticos como na recorrência dos temas.

Nessa direção, o modelo de leitura engendrado pode ser visto como um novo horizonte cultural e serve também como instrumento de divulgação dos direitos da mulher que se opõem a tudo que é inescrupuloso como chantagem, assédio moral, violência física e simbólica. Dessa forma, ao priorizar a revisão da representação da mulher, estamos promovendo a formação de leitores/as críticos/as capazes de mudar as interpretações sobre a submissão feminina e os estereótipos de gênero, pois no “processo contínuo de significação do mundo cultural e ideológico, que está sempre significando e ressignificando – esse processo é sem fim” (HALL, 2003, p. 362).

Então, com o modelo cultural de leitura, temos a oportunidade de revisar os horizontes interpretativos da representação da luta pelos direitos da mulher na literatura e fugir da “comunidade interpretativa” (HALL, 2003, p. 379) que aprisiona o feminino ao lugar de submissão e opressão nas relações de gênero. Com isso, propomos novos sentidos para as leituras literárias que articulam as contribuições da “política das identidades” como ferramentas contra a violência contra a mulher. Nesse sentido, buscamos um modelo de leitura que produza rupturas com as interpretações hegemônicas de leitura para valorizar a recepção contemporânea, como uma prática social de construção de sentidos do texto literário.

Referências Bibliográficas

- 1] BHABHA, Homi. O terceiro espaço. In **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional**, nº 24. Entrevista concedida a Jonathan Rutherford, 1996, p. 35-41.
- 2] BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- 3] COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- 4] CUNHA, Helena Parente. **As doze cores do vermelho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.
- 5] DUARTE, Constância Lima. Pequena história do feminismo no Brasil. In CARDOSO, Ana Leal; GOMES, Carlos Magno. **Do imaginário às representações na literatura**. São Cristóvão: Ed UFS, 2007.
- 6] ECO, Umberto. **Sobre a Literatura**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- 7] FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- 8] FUNK, Susana. O que é uma mulher? In **Cerrados**. Brasília: Pós-graduação em Literatura, 2011, p. 65-74.
- 9] HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La

Gaurdia Resende et alli. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- 10] HUTCHEON, L. **Uma teoria da paródia**. Trad. de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989.
- 11] LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família**. 26ª. edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- 12] RICHARD, Nelly. Feminismo e desconstrução. In RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**. Trad. de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- 13] SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.
- 14] SCHMIDT, Rita Terezinha. Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber. In RAMALHO, Christina (org.). **Literatura e feminismos: propostas teóricas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Elo, 1999.
- 15] XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino**. Florianópolis: Ed. Brasil, 2007.

Prof. Dr. Carlos Magno Gomes

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Professor Adjunto IV - Campus de Itabaiana (DLI)

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB

E-mail: calmag@bol.com.br